

O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul.

Vicente Gil Silva¹

Resumo:

Este texto tem o objetivo de discutir algumas das ações da ditadura civil-militar brasileira relacionadas a assuntos internos de países vizinhos. Muitas destas ações, além de servirem a interesses do governo brasileiro, serviam também ao objetivo geral da diplomacia estadunidense para a região: a contenção do comunismo. O centro desta análise será o estudo dos casos da intervenção brasileira durante as eleições uruguaias de 1971 e o apoio do Brasil à derrubada de Salvador Allende no Chile. A base documental deste texto são fontes produzidas nos Estados Unidos e trabalhos brasileiros e estadunidenses sobre o tema.

Palavras-chave: ditadura brasileira; Uruguai; Chile.

Abstract:

The goal of this article is to discuss the role of Brazilian civilian-military dictatorship in its interventions into internal affairs of its South American neighbors. Many of this actions served to Brazilian interests as well as to the main target of American diplomacy, that is to say, containing communism. The focus of this analysis will be the study of cases of Brazilian intervention in Uruguayan elections of 1971 and the Brazilian support to the deposition of Salvador Allende in Chile. The documental basis utilized in this text was produced in United States and works of Brazilian and North American specialists.

Keywords: Brazilian dictatorship; Uruguay; Chile.

¹ Professor efetivo de Teoria da História da Universidade Federal do Acre. Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É fato indiscutível que os golpes civil-militares ocorridos durante os anos 1960 e 1970 na América Latina tiveram decisivo apoio dos Estados Unidos. Sem dúvida, setores militares dos países da região onde ocorreram golpes de Estado não agiriam se não contassem com o apoio direto ou indireto do governo estadunidense. E não poderia ser diferente, uma vez que as Forças Armadas latino-americanas foram treinadas e equipadas em grande escala por esse país, especialmente durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial (LEACOCK, 1989, p. 75; COMBLIN, 1978, 155). Da mesma forma, setores civis partidários de um golpe, especialmente grupos de empresários, não sustentariam tais manobras caso não houvesse alguma forma de apoio, pelos Estados Unidos, à derrubada de governos contrários aos seus interesses econômicos. Afinal, seus negócios estavam necessariamente atrelados a interesses transnacionais, como ilustra o caso do Brasil (DREIFUSS, 1981).

No entanto, se é verdade que a potência capitalista do Norte influía sobre a vida política e econômica da região durante este período, é também verdade que a ascensão da ditadura civil-militar brasileira provocou uma relativa mudança no cenário político latino-americano do período. A partir de então, o regime militar brasileiro passaria a ser um aliado preferencial dos governos norte-americanos na contenção de insurreições sociais ou para impedir a eleição de presidentes que defendessem interesses contrários aos dos Estados Unidos e do Brasil.

Ainda que em alguns momentos o governo estadunidense tenha demonstrado certas reservas em relação à atuação da ditadura civil-militar brasileira, de modo geral adotou uma postura pragmática e “realista”. Tal postura ficou evidenciada especialmente quando da edição do Ato Institucional número 5 (AI-5). Apesar de manifestar “preocupação” em relação aos “excessos” da repressão e das torturas no Brasil, e adotar publicamente uma postura “neutra”, o governo norte-americano não alterou suas relações diplomáticas, econômicas e políticas com o país.

É importante ressaltar que uma condenação pública e veemente da administração estadunidense com relação aos acontecimentos no Brasil teria sido bastante hipócrita, uma vez que ela estava reprimindo

sistematicamente dentro de seu próprio país o movimento negro norte-americano (O'REILLY, 1989; CHURCHILL & WALL, 2002) e, para citar apenas mais um exemplo, institucionalizando práticas de tortura e de extermínio de populações inteiras, como no caso do Vietnã (VALENTINE, 2000). Além disso, os funcionários do governo estadunidense tinham plena ciência de que seu próprio governo havia sido um grande colaborador no treinamento de agentes brasileiros para utilização de técnicas de tortura, principalmente através da Escola das Américas e dos programas da Seção de Segurança Pública da USAID (LEACOCK, 1989; KNIPPERS-BLACK, 1977; HUGGINS, 1998).

Frente a estes elementos, o objetivo deste texto é discutir o papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América Latina através do estudo dos casos chileno e uruguaio, tentando demonstrar que, especialmente nestes dois casos, o Brasil cumpriu objetivos próprios e, ao mesmo tempo, comuns aos do governo estadunidense.

1. O problema das fontes

Como se sabe, o acesso ao conhecimento de boa parte da história brasileira durante o período que vai de 1960 até 1980 é limitado, uma vez que até hoje grande parte dos arquivos do regime militar brasileiro não foi liberada para acesso público. Ainda assim, freqüentemente o acesso a informações sobre eventos importantes, especialmente àqueles ligados a golpes de Estado em países próximos ao Brasil, tem sido possível pela disponibilidade de fontes produzidas nos Estados Unidos. Assim, alguns detalhes sobre o papel desempenhado pelos militares brasileiros no golpe de Estado ocorrido na República Dominicana em 1965, por exemplo, só são conhecidos a partir de fontes produzidas pelo Departamento de Estado estadunidense² (JOINT WEEKLY, 1965, p.1).

Porém, mesmo os arquivos estadunidenses não estão livres de censura, existindo vários documentos ainda inacessíveis para o público. No

² O Departamento de Estado norte-americano cumpre a mesma função que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, ou seja, é responsável pela administração da política externa estadunidense.

máximo, apenas alguns documentos classificados como secretos (*Secret*) têm sido disponibilizados para pesquisa, sendo negado o acesso a informações mais sensíveis – e presumivelmente mais reveladoras – contidas em documentos classificados como ultra-secretos (*Top Secret*).

Seja como for, as fontes norte-americanas, ainda que escondam muitas informações importantes, proporcionam uma via de acesso possível ao conhecimento da função desempenhada pelo Brasil em relação a seus vizinhos. Neste texto, serão utilizadas fontes produzidas por agências do governo estadunidense, especialmente o Departamento de Estado e a sua embaixada no Brasil. Tais documentos consistem basicamente em “memorandos de conversação” e telegramas trocados entre Washington e a sede da embaixada norte-americana em Brasília³. As informações contidas nestes documentos eram complementadas por críticas ou comentários de seus próprios redatores, que expressavam visões pessoais, certamente influenciadas por informações obtidas de outras fontes.

No caso dos documentos que versavam sobre o Brasil, apesar de conterem opiniões divergentes sobre a realidade brasileira, apresentam uma orientação geral a respeito da abordagem diplomática estadunidense. Claramente, a ditadura civil-militar brasileira sempre foi uma aliada preferencial dos Estados Unidos na luta contra o comunismo, aspecto pouco analisado pela historiografia norte-americana e brasileira sobre o tema. Tal relação ficou ainda mais explícita a partir da eleição de Salvador Allende no

³ Os memorandos de conversação descrevem conversas realizadas entre funcionários do governo dos Estados Unidos com pessoas influentes na política de diversos países. Estas conversas tinham o objetivo de estreitar relações entre essas lideranças e os membros da administração estadunidense. As informações prestadas por esses indivíduos poderiam ser utilizadas na redação de outros documentos diplomáticos, com o os telegramas, e posteriormente transmitidas ao Departamento de Estado e outras agências. Os telegramas (ou aerogramas) eram despachos diplomáticos trocados entre as sedes das embaixadas norte-americanas e o Departamento de Estado. Estes documentos eram produzidos quase que diariamente, tratando de variados assuntos sobre a realidade política, econômica e social dos países envolvidos. Evidentemente, a produção destes telegramas também sofria a influência dos contatos, das informações colhidas e dos posicionamentos particulares de seus redatores.

Chile. A necessidade de intervir em países onde existiam chances de serem eleitos presidentes que, tal como Allende, não se alinhassem incondicionalmente aos interesses norte-americanos e brasileiros, foi posta na ordem do dia. O Uruguai constituiu um dos casos em que a atuação brasileira foi mais sentida, e é o tema que analisarei a seguir.

2. O caso do Uruguai

Algumas semanas antes das eleições uruguaias de 1971, circularam rumores de que o Brasil teria posicionado tropas na fronteira com este país, conforme denúncias publicadas em um conhecido semanário da esquerda uruguaia, o *Marcha*. Comentava-se que o Brasil invadiria o Uruguai em caso de vitória do *Frente Amplio*, coligação que reunia dissidências nacionalistas dos tradicionais partidos *Blanco* e *Colorado*, de setores de esquerda da sociedade uruguaia, do Partido Comunista Uruguaio e do *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN – Tupamaros)⁴. Afirmava-se que essa movimentação de tropas brasileiras era parte de uma ação conjunta entre Brasil e Argentina, denominada Operação Trinta Horas (PADRÓS, 2005, p. 318)⁵. No entanto, a derrota do *Frente Amplio* nas eleições de outubro de 1971 e a posterior desarticulação do MLN em 1972 eliminaram a justificativa para uma invasão do Uruguai.

Durante muito tempo, setores dos exércitos brasileiros e argentinos negaram a existência dessa operação. Tudo o que se sabia sobre ela partia

⁴ O MLN-Tupamaros, grupo que organizou ações de guerrilha urbana em contraposição à crescente violência estatal que surgia no Uruguai mesmo antes do golpe civil-militar ocorrido em 1973, ficou famoso por ter seqüestrado e assassinado o representante da Seção de Segurança Pública da USAID (United States Agency for International Development), Dan Mitrione. Com este episódio, o MLN – Tupamaros acabou por denunciar ao mundo o papel cumprido por esta agência no treinamento e aparelhamento das forças policiais pelos Estados Unidos não só no Uruguai, mas no mundo todo. Este tema foi dramatizado pelo cineasta Costa-Gavras no filme “Estado de Sítio”.

⁵ Militares brasileiros acreditavam que trinta horas era o tempo suficiente para ocupar o território uruguaio e aniquilar qualquer resistência, por isso a referida operação foi assim denominada (SCHILING, 1981. p. 85).

de informações colhidas por Schilling (SCHILLING, 1981) e denúncias veiculadas à época pelo semanário *Marcha* (PADRÓS, 1971). Segundo Schilling, fazia parte do pensamento estratégico da ditadura brasileira a intervenção no Uruguai em função da intensa agitação de sindicatos, setores estudantis e grupos de esquerda no país (SCHILLING, 1981, p. 113). Conforme um editorial do referido periódico da esquerda uruguaia, circularam rumores de que havia sido feito um acordo entre o general Costa e Silva e o general argentino Onganía⁶ para intervir no Uruguai caso a esquerda vencesse as eleições de 1971 (PADRÓS, 2005, p. 320).

A confirmação da existência da operação tornou-se possível com a publicação do depoimento do coronel brasileiro Dickson Grael, firme apoiador do golpe contra Goulart, quem assegurou que a ação brasileira não se tratou de um mero posicionamento de tropas, mas de uma mobilização para intervenção imediata, que invadiria o país vizinho caso fosse necessário (GRAEL, 1985). A comprovação foi realizada também por Elio Gaspari, em sua obra sobre a ditadura brasileira (GASPARI, 2003, p. 198), e é reforçado por alguns documentos produzidos por agentes estadunidenses.

De acordo com um telegrama do embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, John Davis Lodge, a situação interna do Uruguai motivou o estabelecimento de contatos entre os serviços de inteligência dos exércitos da Argentina e do Brasil. Lodge reportou a Washington que o general da “linha dura” argentina, Lopez Aufranc, havia viajado ao Brasil para um encontro formal com o governo brasileiro. Tanto a visita de Aufranc como os contatos entre os setores de inteligência dos dois países sugerem que foram discutidos assuntos relativos à operação, fato que se confirma de acordo com a informação confidenciada a Lodge por um integrante do exército brasileiro (TELEGRAM n. 4401, 1971, p. 2). Além disso, o próprio secretário executivo do Departamento de Estado norte-americano, Theodore L. Elliot Jr., informou a Henry Kissinger, então assessor especial de segurança nacional do governo Nixon, que Brasil e Argentina estavam

⁶ O general Juan Carlos Onganía Carballo tomou o poder, através de um golpe de estado, em junho de 1966, ficando no poder até junho de 1970, quando outro golpe militar o destituiu do poder.

“calculando as vantagens e desvantagens de alguma forma de intervenção em assuntos uruguaios” em caso de vitória do *Frente Amplio* (MEMO N. 7119052, 1971, p. 3).

Porém, deve-se destacar que, apesar de a Operação Trinta Horas não ter sido levada adiante, isso não significa que o Brasil não tenha utilizado outros meios para tentar interferir no resultado das eleições uruguaias. Em conversa descrita em um telegrama enviado a Washington pelo embaixador estadunidense no Brasil, John Tuthill, o general Costa Silva cobrava do diplomata estadunidense algum tipo de retribuição ao Brasil por ter enviado tropas à República Dominicana e, entre outras coisas, por estar “contendo” o Uruguai (TELEGRAM n. 1234, 1968, p. 2). E em um encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e o primeiro-ministro britânico, Edward Heath, Nixon afirmou que o Brasil era o principal país aliado dos Estados Unidos na contenção do comunismo no continente, pois, afinal, “os brasileiros ajudaram a manipular as eleições uruguaias [de 1971]” (MEMCON, 1971, p. 2).

O que exatamente teria feito o Brasil para “conter” o Uruguai? Em relação à influência da ditadura brasileira nas eleições uruguaias de 1971 não foram, até hoje, encontrados documentos norte-americanos, brasileiros ou uruguaios que forneçam maiores detalhes sobre este tema. No entanto, o ex-agente da CIA, Philip Agee, afirma que o candidato Bordaberry⁷ “recebeu, para sua campanha, grandes quantias de dinheiro brasileiro”, acrescentando que por esta e outras razões – como a participação brasileira no golpe civil-militar na Bolívia meses antes – o Brasil desempenhava um papel de “subrogado do imperialismo americano na América do Sul”⁸ (AGEE, 1976, p. 582).

⁷ Juan María Bordaberry Arocena, do Partido Blanco, foi eleito presidente uruguaio em 1971. Em junho de 1973, após o golpe de estado civil-militar no Uruguai, assumiu como representante maior da ditadura no país.

⁸ Ainda segundo Agee, a ditadura brasileira, muito antes do início da Operação Condor, já monitorava e realizava ações de vigilância e perseguição de exilados brasileiros no Uruguai. Assim, ele afirma que o embaixador do Brasil no Uruguai, Manoel Pio Corrêa, o adido militar da embaixada, Câmara Senna, e o primeiro-secretário do embaixador, Lyle Fontoura, eram agentes da CIA recrutados para realizar operações desta agência no Uruguai (AGEE, 1976, p. 384).

Outro documento importante para exame das ações conjuntas dos Estados Unidos, Argentina e Brasil para “conter” o Uruguai trata-se de um telegrama redigido pelo embaixador dos Estados Unidos no Uruguai, Charles Adair, onde constam comentários sobre uma análise realizada por um grupo de estrategistas norte-americanos. O Grupo Interdepartamental de Assuntos Inter-Americanos, ligado ao mais importante órgão de elaboração de políticas de segurança nacional dos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Segurança, elaborou uma série de sugestões de estratégias a serem implantadas no Uruguai durante um período de cinco anos. Uma das recomendações era a de que os Estados Unidos reforçassem e expandissem os seus programas de aparelhamento e treinamento da polícia uruguaia para “garantir a segurança interna” no país⁹. Para tanto, afirma o texto do documento que “seria especialmente desejável que países vizinhos como Argentina e Brasil colaborassem efetivamente com as forças de segurança uruguaia e, onde for possível, nós devemos encorajar tal cooperação” (AIRGRAM A-150, 1971, p. 17).

O governo argentino estava fazendo a sua parte. Dois dias depois de o telegrama acima descrito ter sido encaminhado a Washington, o embaixador estadunidense na Argentina, John Lodge, em um telegrama já mencionado, afirmou que o governo argentino havia enviado uma equipe para “treinar e oferecer consultas” no interrogatório do líder tupamaro recentemente preso pela polícia uruguaia, Raúl Sendic (TELEGRAM n. 4401, 1971, p. 2).

⁹ Os programas de “segurança pública” do governo dos Estados Unidos começaram a ser implantados ainda sob o governo de Eisenhower (1953-1961), mas foi com a ascensão de Kennedy (1961-1963) que estes programas foram centralizados pela Agência de Desenvolvimento Internacional (USAID), através da Seção de Segurança Pública (OPS). O objetivo destes programas era treinar e aparelhar as forças policiais do mundo todo, com financiamento da própria USAID, para garantir, segundo os termos dos estrategistas estadunidenses, a “segurança interna” dos países-alvo dos programas. Em razão dos evidentes “problemas” que tal financiamento trazia à imagem externa dos Estados Unidos, foram cancelados em meados de 1975, após investigações do Senado americano. Conforme Huggins, estes programas não tinham outro objetivo que não fosse o de “internacionalizar as práticas repressivas dos Estados Unidos”. O papel dos agentes estadunidenses na formação dos esquadrões da morte e das técnicas de investigação e torturas comuns nas ditaduras de segurança nacional latino-americanas é evidenciado pela autora. Ver HUGGINS, 1998.

Pode-se afirmar que o governo brasileiro também cooperou com as forças policiais uruguaias, de acordo com depoimentos de fontes brasileiras. Conforme o ex-embaixador Pio Corrêa, armamentos e explosivos foram entregues a organizações de extrema-direita uruguaias através da embaixada brasileira em Montevidéu (CORRÊA, 1996, p. 286). O Serviço Nacional de Informações (SNI) colaborou, de forma encoberta, com grupos anticomunistas e setores das forças policiais e do Exército uruguaios, especialmente através do adido da Aeronáutica da embaixada brasileira, coronel Leuzinger, que teria se encarregado pessoalmente em repassar explosivos a estes grupos (GRAEL, 1985)¹⁰.

As operações da embaixada brasileira no Uruguai eram coordenadas por um órgão central, criado em julho de 1967, a partir da experiência de vigilância dos exilados brasileiros no Uruguai. O Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculado ao SNI e à Secretaria Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, tinha como objetivo “a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros no exterior” (FERNANDES, 2009, p. 6). As atividades de espionagem do CIEx eram executadas por membros do SNI e também por meio dos adidos militares das embaixadas brasileiras, não raro membros dos setores de inteligência de suas respectivas armas. A principal função do órgão era repassar as informações colhidas pela constante vigilância dos “elementos subversivos” e repassá-las ao SNI, que delegava aos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) a tarefa de repressão direta.

3. O caso chileno

A eleição do socialista Salvador Allende para a presidência do Chile, em 1970, representou uma derrota para os Estados Unidos¹¹. Os estrategistas

¹⁰ Outras referências sobre a atuação da ditadura brasileira com grupos de extrema-direita uruguaios podem ser encontradas em GASPARI, 2003.

¹¹ Derrota pois nem mesmo a grandiosa interferência do governo dos Estados Unidos nas eleições de 1970 – financiamento de candidaturas anti-Allende, incentivo à

estadunidenses temiam que Allende, com apoio de Fidel Castro, espalhasse o comunismo pela América Latina. Para conter este “perigo”, consideravam que seria necessário utilizar todos os métodos possíveis e contar com o apoio de fortes aliados para derrubar o presidente chileno do poder. O Brasil estava entre os colaboradores mais importantes para atingir este objetivo.

Até hoje não existem muitos dados disponíveis acerca da participação do Brasil no programa de desestabilização do governo de Allende e no golpe de onze de setembro de 1973. Apesar disso, algumas sugestivas informações podem ser encontradas em um artigo da jornalista norte-americana Marlise Simons, escrito um ano após o golpe de Estado no Chile para um famoso jornal dos Estados Unidos¹². Segundo Simons, o Brasil colaborou ativamente com os Estados Unidos para a criação de um clima de desestabilização política e econômica que levasse à formação de um ambiente favorável a um golpe de Estado. Simons afirma que membros da inteligência do Exército brasileiro colaboraram com a CIA no apoio a atividades conspiratórias de setores das Forças Armadas chilenas anti-Allende. Além disso, empresários paulistas ligados ao complexo IPES/IBAD¹³ teriam fornecido apoio financeiro a grupos empresariais chilenos – entre eles, o maior jornal do país, *El Mercurio*. Carregamentos de armas e munições teriam sido enviados por estes mesmos empresários brasileiros à organização de extrema-direita *Patria y Libertad*, que realizaram diversas ações terroristas contra grupos apoiadores de Allende (SIMONS apud BANDEIRA, 2008, p. 182-3).

sabotagens econômicas, campanhas psicológicas de desestabilização, etc. – evitaram a eleição da Unidad Popular. Sobre a interferência de agências do governo norte-americano nas eleições chilenas, em 1964 e 1970, ver KORNBLUH, 1999.

¹² Simons valeu-se de entrevistas com fontes chilenas, entre elas o dono do jornal *El Mercurio*, empresários e membros das Forças Armadas do país e fontes brasileiras, como o empresário Glycon de Paiva, um dos fundadores do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

¹³ O IPES/IBAD era uma entidade que reunia uma “elite orgânica de classe com interesses transnacionais”: militares, políticos, intelectuais e empresários de várias nacionalidades. O objetivo do grupo, segundo Dreifuss, era minar o governo de Goulart e as forças que o apoiavam até o ponto em que fosse propício executar um golpe de Estado contra o presidente brasileiro. Ver DREIFUSS, 1981.

A diplomacia brasileira também desempenhou um marcante papel na criação de um clima propício a um golpe de Estado no Chile. Segundo informações colhidas por Moniz Bandeira a partir de fontes oficiais do Arquivo Nacional de Brasília, o embaixador Cândido da Câmara Canto era um entusiasta de um golpe contra Allende. O diplomata brasileiro remetia à Brasília diariamente informações relativas à movimentação de setores golpistas das Forças Armadas chilenas. Acompanhava também as atividades do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile* (MIR), de forma a tentar mensurar qual seria a real capacidade de ação e de “infiltração” deste grupo de guerrilha urbana no governo Allende, nas Forças Armadas e na sociedade civil. Além disso, Bandeira atesta que o diplomata brasileiro reunia-se semanalmente com o embaixador norte-americano no Chile, Edward Korry, fato comprovado por despachos redigidos pelo próprio Câmara Canto e por entrevistas de Korry (BANDEIRA, 2008, p. 131-33; 153-55). Ademais, Câmara Canto também reunia-se freqüentemente com destacados representantes do Exército e de partidos políticos chilenos.

Esta relação entre os diplomatas de Brasil e Estados Unidos sugere que ambos trabalharam juntos no sentido de minar, de todas as maneiras possíveis, o governo Allende. Conforme Bandeira, o embaixador brasileiro tinha conhecimento do Projeto FUBELT¹⁴, tendo delineado, em um telegrama enviado ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil, um quadro muito semelhante ao previsto pelo *Track I* deste projeto. Curiosamente, o Projeto FUBELT era coordenado pelo diretor da estação da CIA no Rio de Janeiro, David Atlee Philips, segundo dados liberados pela própria agência estadunidense (KORNBLUH, 1999, p. 75).

¹⁴ O Projeto FUBELT tinha como objetivo “fomentar a crise econômica e social, promover a desordem na sociedade chilena, aterrorizar a população e criar as condições objetivas para a ruptura da legalidade, gerando um clima que levasse as Forças Armadas a intervir e a desfechar o golpe de Estado” (BANDEIRA, 2008, p. 168). Para tanto, o projeto previa dois caminhos: o *Track I* previa, pela via político-institucional, impedir que Allende assumisse a presidência, pressionando para que o Congresso chileno não referendasse a sua posse ou que Eduardo Frei, então presidente, desferisse um “golpe constitucional”; a *Track II* previa o caminho militar para um golpe de Estado. Ambos os caminhos foram seguidos durante a presidência de Allende (BANDEIRA, 2008, p. 168-170).

Novos documentos tornados públicos por agências norte-americanas atestam que o Brasil atuou como aliado preferencial dos Estados Unidos na guerra contra as esquerdas na América Latina. De acordo com avaliações feitas pela CIA, o Brasil passaria a afirmar, no início da década de 1970, seu papel de líder hegemônico na América do Sul:

O Brasil desempenhará um papel cada vez maior em assuntos hemisféricos, e procurará preencher qualquer vazio deixado pelos Estados Unidos. É improvável que o Brasil intervenha abertamente em assuntos internos de seus vizinhos, mas o regime não descartará o uso de ameaças de intervenção ou mecanismos de diplomacia e ações encobertas para opor-se a regimes esquerdistas, com o objetivo de manter governos amigáveis no poder, ou para ajudar a substituí-los em países como Bolívia e Uruguai (NIE 93-72, p. 11).

E esta afirmação da hegemonia brasileira, se em algumas questões poderia ser considerada como independente dos interesses estadunidenses, em sua essência atendia aos imperativos de manter a América do Sul sob controle. O nível de afinidade entre os objetivos maiores das políticas exteriores norte-americana e brasileira pode ser confirmada a partir de um memorando escrito por Vernon Walters¹⁵ para Henry Kissinger. Neste memorando, Walters refere-se a um encontro entre ele, Kissinger e os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos (o General Emílio Médici e Richard Nixon), realizado em dezembro de 1971. Walters menciona que ficou encarregado de informar ao general Médici a impressão positiva que Nixon teve da figura do ditador brasileiro. “Muito impressionado” e “satisfeito” teria ficado o presidente norte-americano. Havia “entendimento pessoal” e “proximidade de visões” entre ambos. “Com muito poucos chefes de estado ele desenvolveu tão rapidamente uma relação próxima”, afirma Walters. Médici reconheceu que Nixon carregava um fardo muito grande

¹⁵ Vernon Walters era adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Foi enviado ao Brasil por ser velho companheiro de guerra do general Castello Branco durante a Segunda Guerra Mundial. Tudo indica que Walters foi enviado ao Brasil para verificar a unidade das Forças Armadas brasileiras quanto à derrubada de Goulart.

em suas costas. Tamanha empatia entre os dois líderes levou Médici a declarar que ele estaria disposto a “fazer todo o possível para tornar o fardo [de Nixon] mais leve” (MEMO n. 12958).

No mesmo documento, Walters lembrou a Kissinger que, de acordo com o desejo de Nixon, uma linha especial de comunicação deveria ser estabelecida entre os governos brasileiro e estadunidense. Os responsáveis seriam, pelo lado do Brasil, o ministro de relações exteriores Mário Gibson Barbosa, e, do lado norte-americano, o próprio Kissinger. Um memorando de conversação que relata o encontro dos dois líderes também menciona o estabelecimento de uma linha de comunicação direta entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca.

Por meio deste canal seriam presumivelmente discutidos assuntos urgentes e extremamente confidenciais “fora dos canais diplomáticos normais, quando isso fosse necessário”, de acordo com palavras do próprio Nixon. Para tratar destes assuntos, Médici afirmou que “havia um homem no qual ele confiava inteiramente” – Gibson Barbosa – “que lidava com uma série de questões para ele [Médici] sem o conhecimento do Ministério de Relações Exteriores [do Brasil]”. Gibson Barbosa, de acordo com o que Médici disse no encontro, tinha um arquivo especial todo manuscrito, com instruções ou perguntas de Médici. Barbosa respondia tudo à mão: estes documentos manuscritos não eram conhecidos nem mesmo pelas datilógrafas do gabinete oficial do general. Entretanto, se o assunto a ser tratado nesta linha preferencial fosse “extremamente privado e delicado”, Médici tinha o “seu próprio Kissinger”, o coronel Manso Netto (MEMCON KISSINGER TO NIXON, 1971, p. 3).

Mas a informação sem dúvida mais relevante contida neste documento diz respeito à visão de Médici sobre a realidade do Chile de Allende. Nixon perguntou a Médici sua visão sobre como o panorama político no Chile poderia evoluir. Médici respondeu que “*Allende deveria ser deposto pelas mesmas razões que Goulart fora deposto no Brasil*” (MEMCON KISSINGER TO NIXON, 1971, p. 5, grifos meus). Nixon então perguntou se Médici achava que as forças armadas chilenas seriam capazes de derrubar Allende. “Médici respondeu que achava que sim, acrescentando

que o Brasil estava realizando um intercâmbio de vários oficiais com os chilenos, e deixou claro que o Brasil estava trabalhando para atingir este objetivo”. Nixon respondeu que “era muito importante que Brasil e Estados Unidos trabalhassem juntos nesta área”. “Nós não podemos assumir a direção”, argüiu o mandatário estadunidense, “mas se os brasileiros sentissem que houvesse alguma coisa em que pudéssemos ser de alguma utilidade nesta área”, Nixon gostaria que Médici o deixasse a par disso. “Se for preciso dinheiro ou outra ajuda discreta, nós certamente seremos capazes de disponibilizar”, garantiu Nixon. “Isto deveria ser feito na maior confidencialidade”, acrescentou. Mas valeria a pena, pois, segundo o presidente estadunidense, “nós deveríamos prevenir novos Allendes e Castros e tentar onde for possível reverter estas tendências”. Médici finalizou dizendo que estava muito feliz em ver que as “posições brasileiras e americanas eram tão próximas” (MEMCON KISSINGER TO NIXON, 1971, p. 5).

Este memorando constitui uma das provas mais importantes surgidas nos últimos anos acerca do papel desempenhado pelo Brasil nas questões políticas internas de países vizinhos durante o período ditatorial. Pela primeira vez revela-se ao público uma declaração categórica do líder da ditadura brasileira da época em que este afirma abertamente que o objetivo da diplomacia e do “intercâmbio” de oficiais do exército brasileiro e chileno era derrubar Allende do poder. E esta declaração de Médici não pode ser encarada simplesmente como uma tentativa de impressionar Nixon, pois há indícios em outras fontes de que o Brasil estava a trabalhar intensamente com setores golpistas do exército e da sociedade civil chilena.

As informações contidas na obra de Moniz Bandeira sobre a atuação do embaixador brasileiro Cândido Canto reforçam ainda mais a abordagem intervencionista da ditadura brasileira na política interna de países vizinhos. A supracitada reportagem de Simons e as memórias de brasileiros exilados no Chile também atestam esse fato. Ainda é possível recorrer a uma entrevista do ex-embaixador norte-americano no Chile, Edward Korry (1967-1971), quem afirmou que “o real apoio técnico e psicológico para o *coup d’etat* veio do Brasil” (KORRY, apud BANDEIRA, 2003, p. 75). E de acordo com as memórias do sucessor de Korry, Nathaniel Davis, este teria sido convidado

pelo embaixador brasileiro no Chile, Câmara Canto, para elaborar um “plano de cooperação, que poderia ser coordenado entre as embaixadas, unindo esforços que visavam à derrubada do governo Allende” (DAVIS, 1985, p. 123). Infelizmente, contudo, dos documentos acima apresentados não é possível inferir qual teria sido a configuração precisa da colaboração entre Brasil e Estados Unidos na derrubada de Allende. Não é possível saber se havia uma espécie de “divisão de tarefas” entre Brasil e Estados Unidos na conspiração contra o governo da *Unidad Popular*.

O envolvimento direto do Brasil nos assuntos internos dos países acima analisados e de tantos outros casos não mencionados aqui não poderia ser entendido se não fosse levada em consideração a crescente importância econômica do país no cenário latino-americano. No período posterior à Segunda Guerra, a configuração do capitalismo mundial permitia a emergência de sub-centros de poder político e econômico regionais. Sob a base de uma expansão econômica verificada no Brasil durante as décadas de 1950 a 1970, a ditadura brasileira assumiu um papel ativo no incentivo financeiro à expansão de firmas brasileiras pela América do Sul e África, firmas que em sua maioria eram também pertencentes a empresários norte-americanos (DREIFUSS, 1981, p. 384).

Não raro, para garantir estas oportunidades de investimentos e de expansão da burguesia brasileira, a ditadura utilizou-se de medidas de intervenção em países estrangeiros com o objetivo de dominação política e também econômica. Este novo cenário do capitalismo mundial, em que algumas economias dependentes do imperialismo hegemônico estadunidense desempenham tal papel intervencionista foi denominado por Ruy Mauro Marini como “subimperialismo”. Segundo Marini, o subimperialismo caracteriza-se pela “forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa de monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1977). Mais precisamente,

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada

de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista como também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional (MARINI, 1977).

É importante destacar que o subimperialismo brasileiro não possui somente explicações econômicas. Os elementos apresentados acima já são um indicativo de que política e economia andaram sempre juntas nas ações da ditadura brasileira em seus vizinhos Uruguai e Chile. Por isso, ressalta Marini, o subimperialismo brasileiro “resulta em ampla medida do processo mesmo da luta de classes no país e do projeto político definido pela equipe tecnocrática-militar que assume o poder em 1964, coadunados a condições conjunturais na economia e na política mundiais”. A conjuntura política identificada por Marini relaciona-se ao crescimento das lutas de massa na América Latina e como uma resposta à Revolução Cubana. A conjuntura econômica, conforme Marini, relaciona-se ao *boom* financeiro iniciado na década de 1950, consolidando-se no Brasil especialmente a partir do início dos anos 1970 (MARINI, 1977).

Não há espaço neste artigo para desenvolver com maiores detalhes as idéias de Marini acerca do subimperialismo¹⁶. Para os propósitos deste texto, basta assinalar que as ações da ditadura civil-militar brasileira respondiam, em conjunto, a postulados políticos e econômicos. Para garantir áreas de investimento à burguesia brasileira, o Estado lançou mão de todas as medidas necessárias para tanto, inclusive contribuindo para a criação de um ambiente de caos político e econômico que fosse capaz de incentivar a derrubada de Allende no Chile. Assim, atuou firmemente na vigilância e contenção dos movimentos de esquerda uruguaios, tendo inclusive preparado um plano de invasão do país em caso de vitória do *Frente Amplio*.

Todos estes elementos colocam por terra os argumentos conservadores de que a ditadura brasileira teria sido mais “branda” comparada a outros regimes da região. A documentação estadunidense sugere que o Brasil desempenhou um significativo papel enquanto aliado

¹⁶ O trabalho de desenvolver esta concepção de Marini aplicando-a inclusive ao atual governo brasileiro foi feito por LUCE, 2008.

preferencial dos Estados Unidos na região, vigiando, transmitindo informações, fazendo intercâmbio de agentes de inteligência e interferindo diretamente nos países prioritários segundo os interesses estadunidenses. Países que desejassem seguir uma via alternativa de desenvolvimento na região, como Chile e Uruguai, precisariam enfrentar também os interesses da ditadura brasileira.

Maiores informações sobre a precisa natureza da colaboração entre Brasil e Estados Unidos na contenção do comunismo e na promoção de golpes de Estado só serão conhecidas com a liberação dos arquivos brasileiros. O simples fato de que os sucessivos governos brasileiros não tenham até hoje tornado públicos os arquivos da ditadura já é sugestivo sobre a importância das informações que o Estado ainda tem a esconder. É por isso que a luta pela abertura dos arquivos no Brasil não é apenas uma luta das vítimas da ditadura e seus familiares em busca de justiça.

É do interesse de todos que a história do Brasil e da América Latina seja conhecida, principalmente em tempos em que se renova a presença militarizada dos Estados Unidos no sul do continente. Precisamos saber que papel cumprimos no passado para poder resistir ao futuro, em defesa de nossa livre-determinação.

Referências bibliográficas

- AGEE, P. *Dentro da Companhia: diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. 652 p.
- BANDEIRA, L. A. M. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 644 p.
- _____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 676 p.
- BLACK, J. K. *United States Penetration of Brazil*. Manchester: The Manchester University Press, 1977. 324 p.
- CHURCHILL, W., WALL, J. V.. *The COINTELPRO Papers*. Cambridge: South End Press, 2002. 496 p.

Vicente Gil Silva

- COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 251 p.
- CORRÊA, M. P. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.
- DAVIS, N. *The Last Two Years of Salvador Allende*. London: Cornell University Press, 1985. 489 p.
- DREIFUSS, R. A. *1964 : a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.
- GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 538 p.
- GRAEL, D. M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. 387 p.
- HUGGINS, M. K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. 292 p.
- KORNBLUH, P. “The Chilean Coup – The US Hand”. *IF Magazine*, Baltimore, vol. 3, n. 12, p. 12-39, 1999.
- LEACOCK, R. *Requiem for Revolution – United States and Brazil (1961 – 1969)*. Kent: The Kent State University Press, 1990. 317 p.
- LUCE, M. S. “La expansion del subimperialismo brasileño – la política de integración del gobierno Lula en América Latina”. *Patria Grande*, La Paz, ano 1, n. 9, 2008. Disponível em: www.patriagrande.org.bo/archivos/revista1numero14. Acesso em: 07 set. 2009.
- MARINI, R. M. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. *Cuadernos Políticos*, Ciudad del Mexico, n. 12, 1977. Disponível em www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm. Acesso em: 07 set. 2009.
- O’REILLY, K. *Racial Matters: the FBI’s Secret File on Black America (1960 – 1972)*. New York: The Free Press, 1989. 456 p.
- PADRÓS, E. S. *Como el Uruguay no hay: Terror de Estado e segurança nacional – Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. Originalmente apresentado como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 2v, 930 p.

- SCHILLING, P. R. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, c1981. 288 p.
- SIMÕES, A. F. "A perseguição além da fronteira: os órgãos de repressão e espionagem da ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai". *Estudios Historicos*, Montevideo, n. 1, vol. 1, p. 05-15, 2009.
- VALENTINE, D. *The Phoenix Program*. Lincoln: William Morrow and Co., 2000. 512 p.

Documentos utilizados

- Joint Weekly*, do Departamento de Estado para a embaixada estadunidense no Brasil, 04/06/1965. Localização da fonte: NARA II, RG 59, Central Policy Files, caixa 1931, pasta Joint Weeka 04-06/1965.
- Telegram n. 4401*, da embaixada estadunidense em Brasília para o Departamento de Estado, 07/04/1971. Localização: NARA II, RG 59, Central Policy Files, caixa 1934, pasta TEL 04-06/1971.
- Airgram A-150*, da embaixada estadunidense em Montevideo para o Departamento de Estado, 13/04/1971. Disponível em: www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71/. Acesso em: 27 ago. 2009.
- Information Memorandum n. 7119052*, do secretário executivo do Departamento de Estado, Theodore L. Eliot, para o assessor de segurança nacional do presidente Nixon, Henry Kissinger. Disponível em: www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71/. Acesso em: 27 ago. 2009.
- Telegram n. 1234*, da embaixada estadunidense em Brasília para o Departamento de Estado, 14/08/1968. Localização: NARA II, RG 59, Central Policy Files, caixa 1933, pasta TEL 08 – 10/1968.
- NIE 93-72, da CIA para o Departamento de Estado, 14/05/1971. Disponível em: www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71/. Acesso em: 27 ago.2009.

Vicente Gil Silva

MEMO n. 12958, de Henry Kissinger para Richard Nixon, 20/12/1971.

Disponível em: www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71/. Acesso em 27 ago. 2009.

MEMCON KISSINGER TO NIXON, do assessor especial de assuntos de segurança nacional, Henry Kissinger, para o presidente Richard Nixon, 09/12/1971. Disponível em www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/index.htm. Acesso em: 27 ago. 2009.